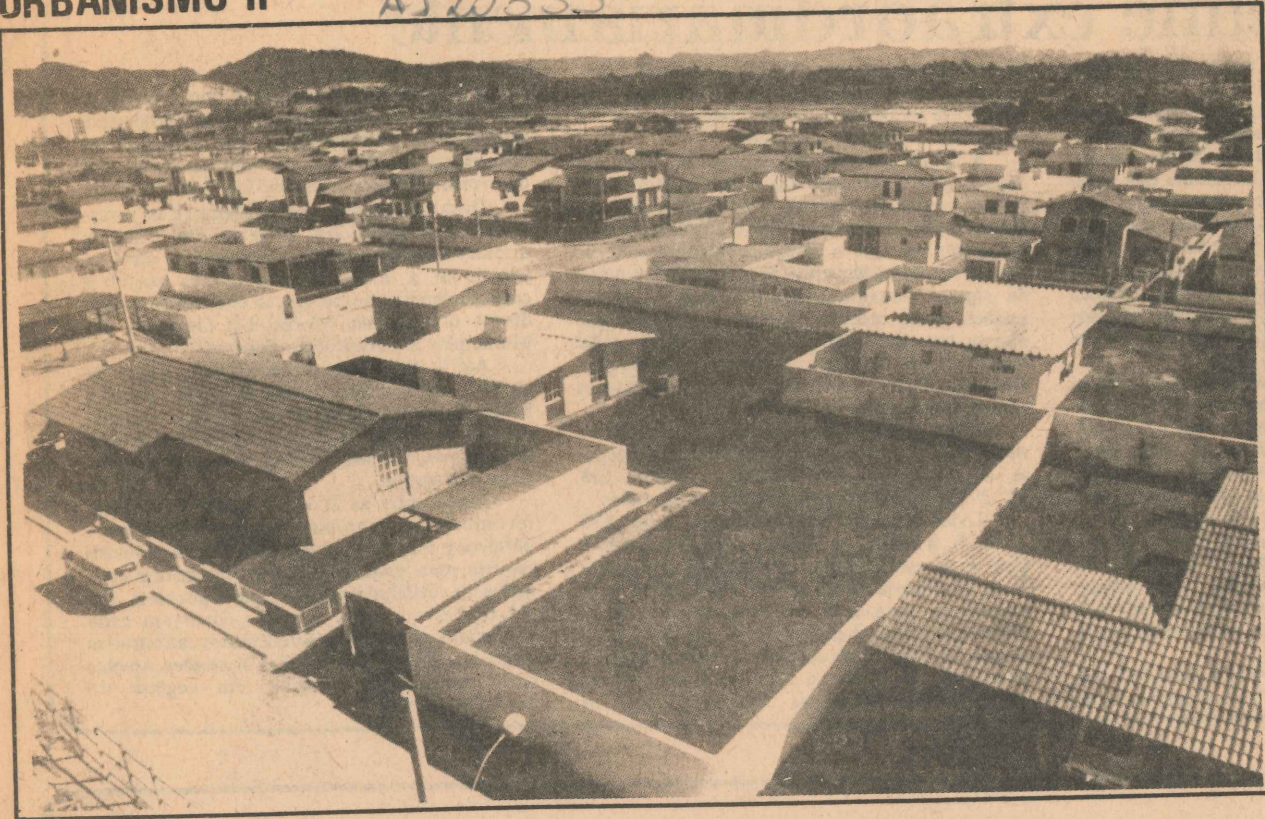


Desenvolvimento Urbano: à procura de solução difícil

URBANISMO II

A) 20355

Rossini Amaral e Marcelo Corrêa



Com ironia ou não, o capixaba comenta há quase uma semana as declarações do engenheiro alemão (como passou a ser conhecido), Peter Lenke de que a segunda ponte não será a solução para o trânsito da Grande Vitória. Tão logo a obra esteja em condições de tráfego, as vias que lhe darão acesso pelo lado da capital começarão a mostrar-se deficientes para o escoamento de veículos, disse ele.

Peter Lenke está em Vitória há nove dias, e juntamente com dois técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves, está encarregado de apresentar um plano de ação imediato para o trânsito da Grande Vitória, não com o objetivo de solucionar suas deficiências, mas minimizá-las. Com este passo, a FJSN — responsável por uma série de propostas de ordenamento da aglomeração urbana — pretende modificar, evidentemente para melhor, a atual situação do sistema de transporte e trânsito.

Se por um lado a Fundação Jones

dos Santos Neves está convencida de que o maior problema da população da Grande Vitória, trânsito, não pode ser resolvido sem grandes investimentos — os quais o Estado não dispõe — por outro ela já conseguiu sensibilizar a Prefeitura da Serra a disciplinar o desenvolvimento que se processa no planato de Carapina. O prefeito daquele município, José Maria Feu Rosa, sancionou no último dia 6, em Vila Velha, um decreto que cria naquele distrito o primeiro centro de animação da micro-região.

Para a antropóloga Maria Aparecida e Lima Ávila e Carvalho, haverá na Grande Vitória um ordenamento da aglomeração urbana e uma sociedade estruturada, com cada classe (respeitado o poder aquisitivo de cada uma delas) em seu devido lugar.

Para o prefeito Setembrino Pelissari, Vitória não pode mais crescer, em virtude da falta de uma infra-estrutura de serviços urbanos capaz de acompanhar uma evolução superior a atual. Segundo ele, a única

saída será garantir a manutenção da "cidade presépio", com todos os equipamentos funcionando de maneira satisfatória para atender as necessidades de seus habitantes.

Na opinião do arquiteto Kleber Perini Frizeira, o problema de Vitória é que, como cidade, não está mais funcionando. Ela está ficando emperrada, e assim está havendo uma perda de produtividade que alarma as autoridades, as quais tentam, através de seus técnicos, buscar soluções eficazes com grandes projetos que exigem longo tempo para sua execução e altíssimos recursos financeiros.

Entre os inúmeros problemas que afligem os moradores de Vila Velha, deixando a Prefeitura quase sem ação, em virtude de sua incapacidade financeira para atender as necessidades da população, o prefeito Américo Bernardes enumerou as dificuldades criadas pelo Governo, citando como exemplo a retenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que está atrasado cindo meses.

Grandes projetos para tirar Vitória do perigo do caos

O problema de Vitória é que como cidade, não está mais funcionando. Ela está ficando emperrada, e com isto está havendo uma perda de produtividade que está alarmando as autoridades, que através de seus planejadores buscam soluções eficazes elaborando grandes projetos que exigem longo tempo para sua execução e altíssimos recursos financeiros.

Diante de tal situação, o arquiteto capixaba, Kleber Perini Frizeira formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e no momento atuando em uma empresa de projetos em Vitória, considera que este fenômeno tem origem na idéia de um planejamento central, que distancia a população da participação no desenvolvimento da cidade.

O que se observa em Vitória, segundo o arquiteto, é uma certa mania de grandeza, que vem gerar um descrédito por parte da população devido a grandes obras que foram

A formação da estrutura urbana de Vitória ainda é um quadro presente às vistas dos curiosos. Para Kleber Frizeira, não é preciso pesquisa em livros para se saber um pouco da formação histórica da estrutura urbanística da Capital.

A formação de Vitória é caracterizada por três malhas que poderiam ser definidas também como sistemas. A primeira malha, a mais remota, é caracterizada no aspecto colonial, ainda presente na cidade alta, no centro da capital, evidencia tanto no aspecto físico, e como no econômico os lotes estreitos, os tipos de casas coladas uma à outra. Outra evidência da malha colonial é a preocupação defensiva.

É interessante notar a comparação entre Vitória e Vila Velha — acentua Kleber — onde a característica da Capital teve uma estrutura colonial mais burguesa, enquanto a estrutura jesuítica, que caracterizou Vila Velha, é mais ligada a uma pré-revolução

Socióloga: desenvolvimento segrega

A professora Maria Aparecida de Lima Ávila e Carvalho, mestre em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (SP), defendeu a opinião de que a população de Vitória está caminhando rigorosamente para o zoneamento que ao mesmo tempo em que ordena e racionaliza, segrega. Ela fez uma análise sociológica a respeito de alguns aspectos enfocados na Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, de autoria da Fundação Jones dos Santos Neves.

A antropóloga social é titular da cadeira de Cultura Brasileira na Universidade Federal do Espírito Santo, e nos últimos dias conseguiu nota máxima pela Universidade de Campinas (Unicamp), defendendo a tese "Um Mito Contemporâneo: Arena e MDB Traduzido". Em sua opinião, o crescimento da aglomeração urbana, do passado recente até os dias atuais, é fértil na ostentação dos desequilíbrios originados do processo praticado: pleno exercício da tendência espontânea.

Suas considerações a respeito do crescimento da população urbana na Grande Vitória dão conta de que,

no pleno exercício da tendência espontânea, "sempre cabe e prevalece a solução particular, nem sempre ajustada ao conjunto de interesse mais geral".

Observando o crescimento da aglomeração por ordem sociológica, Aparecida Carvalho disse que "se poderiam fazer várias considerações sobre a proposta de ordenamento do aglomerado urbano". No entanto, ela preferiu dizer que o aspecto principal a ser levantado "é que, da mesma forma que o homem é um construtor de cidades, ele é também um produto dela".

Desta forma, a socióloga concluiu que a cidade retrata, na distorção do seu espaço, a sua organização social, e é dentro desse espaço social que se conformarão seus moradores, vinculados aos rótulos valorativos que a sociedade impõe sobre os lugares".

— O planejamento urbano trabalha, portanto — acrescentou — sobre uma série de variáveis que não podem ser alteradas, e é a partir delas que ele pode realizar alguma coisa. E não restam dúvidas sobre o valor de um planejamento global e racional num aglomerado que começa a atingir grande proporção demográfica, quanto mais não seja para facilitar a vida

dos que já a têm difícil e para garantir a saúde dos seus habitantes, principalmente no que se refere ao saneamento básico.

"A preservação da paisagem construída e da paisagem natural são objetivos louváveis, mas caberia perguntar se não passariam, muitas vezes, a constituir-se em elementos residuais, isto é, sem função, dentro da nova sociedade transformada? De qualquer maneira — acentuou a professora — ao se recomendar eixos de escoamento de produtos para exportação, vias turísticas e pontos de visão panorâmica, seria necessário que nos perguntássemos a quem servem.

— Vitória aparece aos nossos olhos como uma cidade em que a ordenação do espaço urbano ainda se processa e, portanto, sugere-nos uma confraternização maior entre os moradores de diferentes categorias e camadas sociais. No entanto, é de se supor que caminhemos para um rigoroso zoneamento, que ao mesmo tempo em que ordena e racionaliza, segrega. Teremos, então, um espaço urbano ordenado e uma sociedade estruturada. Dito de melhor forma, cada coisa e cada um no seu lugar.

Setembrino: não há infra-estrutura

"Vitória não pode mais crescer", sentenciou o prefeito Setembrino Pelissari, diante do crescimento populacional e limitações geográficas da ilha de Vitória.

preciso uma preparação em termos de infra-estrutura para que a sua proposta de fixação da população em seus locais de origem seja concretizada. Mas os outros

Participação dos Municípios, que, segundo Setembrino, é a chamada lei áurea, pois a partir daí as prefeituras passaram a receber dinheiro federal para os projetos de

arquiteto, é uma certa mania de grandeza, que vem gerar um descrédito por parte da população devido a grandes obras que foram iniciadas e que não foram executadas dentro do tempo previsto, como a segunda ponte. A morosidade dos grandes projetos vem aumentar a cada dia, devido à não intervenção diante dos problemas do dia-a-dia.

Uma maneira que julgou eficiente diante dos problemas que perseguem a população urbana, seria o **planejamento de pequenas intervenções**, disciplinado por diretrizes maiores que atrapalhariam o ordenamento e o aglomerado — frisou Kleber, considerando que os órgãos encarregados de planejar deveriam estar em contato diário com a população, nos bairros. As próprias comunidades é que definiriam as intervenções imediatas através de projetos de interesses. Existe um perigo — frisou o arquiteto — é a briga de interesses que seria travada entre as diversas classes de moradores. Mas isto faz parte do processo de participação.

Como o planejamento que se realiza em vista do desenvolvimento da Grande Vitória ainda é distante da população, surgem indagações pitorescas no dia-a-dia como: por que os moradores de um determinado bairro, quando desejam uma rua pavimentada ou mesmo instalação de rede de esgotos vão procurar ajuda no vereador e nunca nos técnicos encarregados do desenvolvimento da cidade? Por que as reclamações da população feitas através do jornal, rádio ou televisão não recebem atenção ou mesmo intervenção por parte dos planejadores do desenvolvimento urbano?

O não funcionamento de Vitória como cidade está gerando uma série de problemas, principalmente de ordem econômica e também de ordem psicológica. A evidência do problema econômico está no trânsito que gera atrasos nos empregos e consequentemente atrasos na produção. O clima de tensão criado na população, principalmente pela insatisfação gerada pelo não-atendimento dos equipamentos urbanos, é também um dos problemas sérios que o capixaba enfrenta.

Os dois problemas citados acima vêm comprovar — segundo Kleber — que os grandes projetos não resolvem os problemas imediatos e muitas vezes se tornam utópicos, principalmente na hora do dinheiro. Parece que existe um certo receio do técnico em intervir e arriscar diante das necessidades do momento. O técnico está sempre em busca de soluções perfeitas. A intervenção feita no trânsito da Capital foi a única experiência feita diante de um problema imediato, e o Natáii se arriscou.

A desintegração observada entre as prefeituras da Grande Vitória e os órgãos de planejamento, no caso a Fundação Jones dos Santos Neves, em determinadas situações tem origem na não atuação através de pequenas intervenções. Como exemplo — acentua o arquiteto — qual foi a ajuda da Fundação ao chamado **Projeto Alvorada**, que se aprovado viria modificar radicalmente a situação de Vila Velha?

estrutura clonial mais burguesa, enquanto a estrutura jesuítica, que caracterizou Vila Velha, é mais ligada a uma pré-revolução industrial, cuja ordenação era trazer o poder da metrópole para a colônia, o que vem evidenciar uma conotação política muito forte na formação da cidade. Vitória se formou à maneira de Burgos — cidade da Idade Média — concentrando muito poder.

A segunda malha ou sistema que caracteriza a formação estrutural urbana de Vitória, é caracterizada pela construção do porto e o aparecimento das estradas de ferro, motivados pela ênfase econômica provocada, por volta de 1926, com a exportação do café. Este sistema apresentou uma estrutura mais racional, mais industrial, que exigiu uma organização maior no espaço urbano. A própria época exigiu um planejamento prévio para a execução de obras. Aí, então, entra a figura de Florentino Avidos na história capixaba, que realizou obras gigantescas devido às imposições do momento econômico. Segundo Kleber, o fator econômico é uma das variáveis importantíssimas do planejamento. No caso de Florentino Avidos, como administrador da época ele criou condições para que a cidade de Vitória ensaiasse os seus primeiros passos na organização do aglomerado urbano, já fugindo ao estilo colonial ainda predominante. Foi construída uma série de residências com dois e três pavimentos construídos no centro da cidade, como também surgiram os primeiros edifícios de uso coletivo.

Ainda nesta fase de desenvolvimento que envolvia Vitória devido ao alto preço do café, houve também o aparecimento da chamada rua do **Comércio**, hoje rua Duque de Caxias. Na época, a rua Jerônimo Monteiro era a conhecida **rua dos armazéns**. Isto tudo significa dizer que o espaço urbano começava a ser ordenado.

A terceira malha da formação de Vitória foi gerada pelo sistema econômico acelerado, caracterizada nos dias atuais com o aparecimento das indústrias, oferecendo empregos. Isto gerou a evasão da população de regiões desprovidas de serviços urbanos e até mesmo do campo, causando sérios problemas habitacionais na própria cidade.

Devido ao crescimento rápido e desordenado da população e a lentidão ou mesmo inexistência de planejamento, que pudesse organizar a cidade, Vitória entrou num processo de inchaço. Os morros começaram a ser ocupados, assim também como os mangues, pois o migrante encontra a sua segurança na habitação, a princípio.

Segundo o arquiteto Kleber, a cidade invadiu as fazendas, ou seja, os locais desabitados, criando assim zonas periféricas nos municípios vizinhos. A corrida imobiliária está gerando uma febre de loteamentos que está deixando: maior centro urbano do Estado sem opção para o crescimento. A cidade está sendo controle.

A cidade com todo o seu complexo começou a não funcionar, vindo assim o advento do planejamento surgido do princípio da racionalidade industrial, finalizou Kleber Perini Frizeira.

"Vitória não pode mais crescer", sentenciou o prefeito Setembrino Pelissari, diante do crescimento populacional e limitações geográficas da ilha de Vitória. A falta de uma infra-estrutura de serviços urbanos para suportar um crescimento da Capital também é um dos motivos importantes na afirmação do prefeito.

A única saída para que Vitória possa garantir a sua permanência como **cidade presépio**, ou seja um berço de tranquilidade como todos os seus equipamentos urbanos funcionando de maneira satisfatória para atender as necessidades de seus moradores, segundo Setembrino, é através de uma orientação política para fixar os moradores da Grande Vitória em seus municípios de origem.

Para essa fixação, é necessário a descentralização do poderio que a Capital absorve. É necessária uma verdadeira independência dos municípios da Grande Vitória, para que a sua população não venha congestionar, como acontece hoje em dia, o centro da Capital. Mas diante dos problemas urbanos que se evidenciam em seu município, Setembrino reconhece que os outros municípios também estão sendo saturados.

Vila Velha, por exemplo, já tem a área ociosa definida. O índice de invasão e a consequente desordenada para os loteamentos, não oferecem grande opção, para que Vitória estenda o seu crescimento para o município vizinho. O próprio Setembrino reconheceu que se Vila Velha não ordenar o seu crescimento, num futuro bem próximo, os problemas serão maiores do que os que a Capital do Estado enfrenta.

Com a certeza da vinda de grandes contingentes de pessoas para as indústrias, Setembrino reconhece que é

preciso uma preparação em termos de infra-estrutura para que a sua proposta de fixação da população em seus locais de origem seja concretizada. Mas os outros municípios são pobres. Como fazer?

O prefeito de Vitória sugere que seja criada uma fundação para executar os projetos que envolvem todos os municípios da região da Grande Vitória. Essa fundação procuraria buscar fundos no Governo do Estado e no Governo Federal, e seria diretamente coordenada pelos prefeitos.

AS ÁREAS

A maior densidade se registra em Vitória, no Centro que vai desde o Forte de São João até a Vila Rubim. A área menos densa é a chamada Região da Praia, que vai desde o aterro da Comdusa até Camburi. No entanto, segundo Setembrino, o crescimento dessas áreas está se processando de maneira muito rápida. Para isto, a Prefeitura está criando leis para que o crescimento não seja desordenado. A área menos densa do município de Vitória custa um preço muito elevado e tudo já está praticamente vendido.

Existem cidades que nascem planejadas e outras que acontecem. Vitória aconteceu, e isto quer dizer que não houve, desde o início, um planejamento urbano. Só a partir de 1964 é que se iniciou um planejamento centralizado, que evitaria assim as jogadas políticas dos prefeitos que assumiam a direção dos municípios boicotando de maneira extravagante as obras e planos dos antecessores. Um outro incentivo para o desenvolvimento urbano dos municípios foi a criação do Fundo de

Américo: Temos que lutar sozinhos

— Nós temos que lutar sozinhos, pois até o ICM (imposto sobre Circulação de Mercadorias) o Governo os retém. Com este desabafo, o sr. Américo Bernardes da Silveira, prefeito de Vila Velha — um dos municípios "mais difíceis" de serem administrados no Estado, procurou mostrar desde o início de sua entrevista que não concorda com algumas das diretrizes traçadas pela Fundação Jones dos Santos Neves, visando disciplinar o desenvolvimento urbano que se processa na Grande Vitória, gerando inúmeros problemas para as prefeituras, principalmente.

Os técnicos da Fundação Jones Santos Neves puderam observar alguns dos pontos de vista de Bernardes da Silveira ainda no último encontro do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano da Grande Vitória, realizado no dia 6, no auditório da Câmara de Vereadores daquele município. Já naquela ocasião, o prefeito contestava a localização do futuro terminal rodoviário da micro-região, questionava a viabilidade técnica da segunda ponte de ligação entre o Continente e a capital, além de outros projetos do Governo, do qual a Fundação está vinculada como uma das peças mais importantes da engrenagem.

Embora já exista um grande número de pessoas que defende o argumento de que Vila Velha é hoje o município de maior população do Estado, as estatísticas oficiais indicam que aquele município, em 1975, tinha um total estimado de 161.425 habitantes, contra 163.877 de Vitória. Mesmo assim, há de se observar que enquanto Vila Velha enfrenta problemas de ordem, a Capital pelo menos tem vida própria, é hoje o principal e praticamente o único polo de prestação de serviços da Grande Vitória.

Contudo, Vitória é ainda o município que recebe volume de investimentos nos diferentes setores; é ainda o principal ponto para onde estão voltadas as maiores preocupações do Governo, ao contrário do que ocorre com Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra. Para Américo Bernardes, este é um aspecto bastante prejudicial para os municípios mais pobres da Grande Vitória.

IMPOSTO PREDIAL

Desde que o Banco Nacional da Habitação, através da Cohab-ES, construiu em Vila Velha vários conjuntos habitacionais, a Prefeitura local não conseguiu mais livrar-se de uma dívida de Cr\$ 13 milhões que fez na administração passada com aquela unidade financeira, para dotar de pavimentação (**blocreta**) os núcleos residenciais. Para alguns, os conjuntos significaram a criação artificial de mais um problema para a administração

do município, pois a partir do momento que foram habirados, a Prefeitura começou a ser pressionado a complementar, ainda que não tivesse condições, os serviços que o BNH deixara de executar.

Mas os problemas avançaram as fronteiras do financiamento feito pela Prefeitura junto ao BNH, a fim de dotar os conjuntos habitacionais da infra-estrutura necessária. As famílias que ocuparam aqueles núcleos, em número superior a 5.000, passaram a exigir os benefícios a que julgavam ter direitos, como limpeza pública, conservação e manutenção de ruas, escolas, postos de saúde, e outros. Para que isto aconteça, explicou Bernardes, seria preciso que pelo menos a Prefeitura tivesse direito ao Imposto Predial, para aumentar sua magra receita orçamentária.

Américo Bernardes, no entanto, argumenta que o dever de recolhimento do Imposto Predial não cabe aos moradores dos conjuntos habitacionais, pois estes não são proprietários dos imóveis. Então, julga ele que caberia à Cohab-ES ou ao BNH, canalizar aos cofres da municipalidade os recursos necessários à execução, pelo menos, das obras de infra-estrutura que faltam àqueles núcleos. Do jeito que está, afirma, os conjuntos "só criam problemas".

"SUGESTÕES APENAS"

Solicitado a opinar sobre a **proposta de ordenamento de aglomeração urbana da Grande Vitória**, elaborada por sete técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves e o consultor técnico, Carlo Maximiliano Fayte, e o economista Arlindo Vilaschi, o prefeito de Vila Velha disse que "até certo ponto eu acho que as sugestões são boas, mas o que falta é dinheiro. Muitas sugestões ficam no papel".

Entretanto, se as sugestões fossem acompanhadas de algo mais concreto, como por exemplo indicando soluções para determinados problemas, a situação talvez seria diferente.

Ele comparou o trabalho da FJSN "a uma casa na lua, sem que seu dono tenha condições de ir até lá".

Em seu entender, muitos dos problemas enfrentados pelas prefeituras da Grande Vitória ficam sem solução "por culpa do próprio Governo". Citou como exemplo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cujo recolhimento é processado pelo Governo e depois rateado entre as prefeituras, através do Fundo de Participação dos Municípios. Porém, declarou que há cinco meses a prefeitura de Vila Velha "não o recebe", dando como consequência o adiamento de vários compromissos.

Participação dos Municípios, que, segundo Setembrino, é a chamada lei áurea, pois a partir daí as prefeituras passaram a receber dinheiro federal para os projetos de benfeitorias urbanas.

PROBLEMAS

O maior problema que Vitória enfrenta é causado pela chamada população flutuante que se utiliza de benefícios do município, mas não trazem nenhuma colaboração, pois está vinculada aos municípios vizinhos, onde pagam os seus impostos. "Vitória tem condições de oferecer melhores condições de vida aos seus municípios, mas se isto não acontece é devido ao fato de ter que atender cerca de 300 a 400 mil de outros locais. Vitória especificamente não tem problemas", falou Setembrino.

O prefeito de Vitória admite que no momento está havendo uma grande conscientização dos prefeitos da região da Grande Vitória, isto devido ao trabalho da Fundação Jones dos Santos Neves, que apesar das deficiências no que diz respeito a recursos humanos e financeiros, para atender de maneira ideal as suas necessidades. Mas dentro das limitações, ela vem desenvolvendo de uma maneira notável as suas atribuições.

O momento exige execução dos projetos para que os problemas sejam solucionados. Para isto, é preciso a concretização de uma fundação executiva ou mesmo a reativação do Codivit, que só teve um encontro e depois não se reuniu mais, finalizou o prefeito Setembrino Pelissari.

Sobre os projetos de estímulo ao transporte aquaviário, elaborados pela Fundação Jones dos Santos Neves, foi considerado como salutar para o município de Vila Velha, pois "será mais uma opção do povo ir à Vitória", Bernardes justificou seu apoio a estes planos, acentuando que está tentando criar linhas de ônibus para alimentar o sistema aquaviário de Paul e posteriormente, o da Prainha de Vila Velha.

Apesar disso, os planos de estímulo ao aquaviário se resumem no momento a lentas obras de melhoramentos do cais de Paul, recuperação das vias que lhe dão acesso e aquisição de barcas para o transporte de passageiros. Mesmo assim, grande número de capixabas continua alimentando esperanças de que este sistema venha, algum dia superar as deficiências do trânsito e das vias de circulação de veículos, aparecendo como uma válvula de escape para se economizar mais tempo, evitar os congestionamentos e se ter uma viagem um tanto mais confortável que atualmente.

Como a Fundação Jones dos Santos Neves enquadrar em sua proposta de ordenamento da aglomeração urbana da Grande Vitória uma terceira e quarta ligações entre Vitória e Vila Velha, Américo Bernardes deu seu parecer a respeito: "Estou acreditando em planos mirabolantes e fantasias. A terceira ponte é uma dessas fantasias".

A segunda ponte, por fazer parte também do desenvolvimento urbano da micro-região, e embora ainda esteja distante de ser concluída totalmente, foi objeto de crítica do prefeito de Vila Velha. Segundo ele, aquela obra "difícilmente poderá alcançar os objetivos a ela destinados: o de melhorar as condições do trânsito. É fácil observar que após o seu término, a ponte Florentino Avidos não será mais a responsável pelos engarrafamentos do trânsito, mas sim as avenidas Duarte Lemos e Cleto Nunes, que são verdadeiros funis do tráfego".

Resumindo o seu ponto de vista sobre a segunda e terceira pontes, bem como o terminal rodoviário a ser construído na Ilha do Príncipe (em Vitória), Américo Bernardes frisou que "essa planificação eu não aceito como planos reais para o futuro ordenamento da aglomeração urbana da Grande Vitória".

Quanto ao projeto de localização do terminal rodoviário na Ilha do Príncipe, e não em Cariacica como propunha a Fundação anteriormente, o prefeito de Vila Velha assinalou que "esta é outra aberração que só pode trazer engarrafamentos ao trânsito". E fez a seguinte indagação: "já se pensou no número de ônibus que demandarão e vão continuar aumentando para o interior e outros Estados, tendo seu ponto inicial na Ilha do Príncipe?"